



## **As relações Brasil-China e seus efeitos sobre a economia brasileira: desindustrialização, especialização regressiva da pauta exportadora e fortalecimento da dependência**

Daniilo Augusto da Silva Horta <sup>1</sup>

### **Resumo**

O processo de desenvolvimento chinês é fruto direto e indireto das transformações sofridas pelo sistema capitalista, tendo alguns de seus pilares fundamentados na aproximação e conexão da economia chinesa com a economia estadunidense. Tal desenvolvimento foi responsável por causar alterações significativas na economia global, afetando direta e indiretamente diversas economias nacionais e o Sistema Internacional, gestando novos fenômenos observados na contemporaneidade. Por conta disso, faz-se central compreender os efeitos do desenvolvimento chinês e da ascensão da China sobre economias periféricas, como as latino-americanas, em geral, e a brasileira, em particular. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivos analisar os efeitos da ascensão chinesa sobre a economia brasileira e discorrer acerca das consequências dos relacionamentos sino-brasileiros para a posição do Brasil no Sistema Internacional. A hipótese deste trabalho é que as relações econômicas com a China intensificam problemas existentes na economia brasileira, tal como a desindustrialização e a especialização regressiva da pauta exportadora do país, afetando dinâmicas econômicas e políticas no ambiente doméstico nacional e afetando, negativamente, a posição brasileira no Sistema Internacional. Nesta pesquisa adotou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo e os seguintes métodos procedimentais: 1º) levantamento e revisão de dados e bibliografias; 2º) análise explicativa.

**Palavras-chave:** China, Brasil, Dependência, Desindustrialização, Especialização Regressiva.

### **Las relaciones Brasil-China y sus efectos sobre la economía brasileña: desindustrialización, especialización regresiva de la pauta exportadora y fortalecimiento de la dependencia**

### **Resumen**

El proceso de desarrollo chino es fruto directo e indirecto de las transformaciones sufridas por el sistema capitalista, teniendo algunos de sus pilares fundamentados en la aproximación y conexión de la economía china con la economía estadounidense. Este desarrollo fue responsable de causar alteraciones significativas en la economía global, afectando directa e indirectamente a diversas economías nacionales y al Sistema Internacional, gestando nuevos fenómenos observados en la contemporaneidad. Por ello, es central comprender los efectos del desarrollo chino y de la ascensión de China sobre economías periféricas, como las

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP/UNICAMP). Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro do Grupo de Estudos em Capitalismo Contemporâneo da Universidade Federal de Uberlândia (CACO/UFU). Realiza pesquisa sobre Desenvolvimento Econômico; Teoria Marxista da Dependência e Política Chinesa. E-mail: danilosilvahorta@gmail.com

latinoamericanas en general, y la brasileña en particular. En este sentido, el presente artículo tiene por objetivos analizar los efectos de la ascensión china sobre la economía brasileña y discutir las consecuencias de las relaciones sino-brasileñas para la posición de Brasil en el Sistema Internacional. La hipótesis de este trabajo es que las relaciones económicas con China intensifican problemas existentes en la economía brasileña, tales como la desindustrialización y la especialización regresiva de la pauta exportadora del país, afectando las dinámicas económicas y políticas en el ámbito doméstico nacional y afectando negativamente la posición brasileña en el Sistema Internacional. En esta investigación se adoptó el método de enfoque hipotético-deductivo y los siguientes métodos procedimentales: 1º) recopilación y revisión de datos y bibliografía; 2º) análisis explicativo.

**Palabras-clave:** China, Brasil, Dependencia, Desindustrialización, Especialización Regresiva.

### **Brazil-China relations and their effects on the Brazilian economy: deindustrialization, regressive specialization of exports and the strengthening of dependence**

#### **Abstract**

The Chinese development process is the direct and indirect result of the transformations undergone by the capitalist system, some of whose pillars are based on the Chinese economy's rapprochement and connection with the US economy. This development was responsible for causing significant changes in the global economy, directly and indirectly affecting various national economies and the International System, generating new phenomena observed in contemporary times. For this reason, it is essential to understand the effects of Chinese development and the rise of China on peripheral economies, such as Latin America in general and Brazil in particular. In this sense, this article aims to analyze the effects of China's rise on the Brazilian economy and discuss the consequences of Sino-Brazilian relations for Brazil's position in the International System. The hypothesis of this work is that economic relations with China are intensifying existing problems in the Brazilian economy, such as deindustrialization and the regressive specialization of the country's exports, affecting economic and political dynamics in the national domestic environment and negatively affecting Brazil's position in the International System. This research adopted the hypothetical-deductive approach and the following procedural methods: 1º) survey and review of data and bibliographies; 2º) explanatory analysis.

**Key words:** China, Brazil, Dependence, Deindustrialization, Regressive Specialization.

#### **1. Introdução**

Debater acerca das relações existentes entre Brasil e China tornou-se corriqueiro. Diversos analistas e pesquisadores, na academia e na sociedade civil, buscam compreender as dinâmicas comerciais, financeiras, políticas e diplomáticas existentes entre esses dois Estados. Por conta desse interesse, observamos um volume crescente de artigos científicos, notícias, análises midiáticas, vídeos nas redes sociais, e outras fontes de transmissão de conhecimentos que versam sobre as relações sino-brasileiras, seja em nível bilateral seja em nível

multilateral. De toda maneira, compreendemos que os diferentes debates envolvendo Brasil e China se devem às crescentes conexões existentes entre esses dois Estados no Sistema Internacional<sup>2</sup> e a crescente importância da China para a economia brasileira.

Apesar da crescente centralidade da China sobre as dinâmicas existentes na economia brasileira, assim como sua crescente importância para as ações externas tomadas pelo Estado brasileiro, persiste, entre os pesquisadores e os analistas das relações sino-brasileiras, percepções acríticas e/ou extremamente otimistas acerca de tais relacionamentos. Tais percepções são oriundas, não raro, de pressupostos valorativos que limitam a análise das características e dos efeitos potenciais destas relações, como é o caso das teses que defendem as denominadas “Relações Sul-Sul” ou das teses que defendem que a China é uma potência “Socialista de Mercado com características chinesas” que adota, necessariamente, ações qualitativamente distintas das demais potências ocidentais na economia global. Tais teses/concepções limitam, em especial, a compreensão e as análises acerca dos efeitos negativos das relações sino-brasileiras sobre a economia nacional e sobre a posição do Brasil no Sistema Internacional.

Levando isto em consideração, o presente trabalho tem por objetivos analisar os efeitos da ascensão chinesa sobre a economia brasileira e discorrer acerca das consequências dos relacionamentos sino-brasileiros para a posição do Brasil no Sistema Internacional. Aqui argumentamos que o processo de desenvolvimento chinês, cujo dinamismo deveu-se, em grande medida, às transformações sofridas no sistema capitalista mundial e a crescente inserção da China na economia capitalista neoliberal, criou dificuldades e barreiras ao desenvolvimento econômico e à industrialização dos países periféricos em geral. Mais ainda,

<sup>2</sup> Utilizamos o conceito de Sistema Internacional para inserir o presente trabalho nas discussões existentes na disciplina de Relações Internacionais, na qual este conceito é fundamental. De maneira geral, ele é definido a partir de aspectos “políticos”, onde se privilegiam as questões militares, securitárias e diplomáticas existentes nas disputas por poder, marginalizando-se, em vários sentidos, os aspectos econômicos existentes. Por exemplo, Waltz (2002, p. 113), citando-o no português de Portugal, versa: “Reflectindo sobre as teorias que seguem o modelo sistêmico geral, concluímos imediatamente que as relações internacionais não se encaixam de forma adequada no modelo para torná-lo útil e que as relações internacionais só podem ser entendidas através de algum tipo de teoria sistêmica. Para ser um sucesso, uma tal teoria tem de mostrar como as relações internacionais podem ser vistas como um domínio distinto do económico, social, e outros domínios internacionais que possamos imaginar. Para apartar os sistemas políticos-internacionais de outros sistemas internacionais, e para distinguir forças de nível sistêmico de forças ao nível das unidades, requer mostrar como as estruturas políticas são geradas e como afectam as unidades do sistema, e vice-versa”. Outros autores, como Mearsheimer (2007), também realizam separações entre a esfera política e a esfera econômica (embora este defenda que elementos econômicos constituam-se como instrumentos de poder). Apesar desta separação ser predominante na disciplina de Relações Internacionais, existem autores que buscam combatê-la, como por exemplo Fred Halliday (2007). Neste trabalho, defendemos que o Sistema Internacional e o Sistema Capitalista/Economia Global estejam intrinsecamente conectados, de modo que o uso separado desses conceitos se dá, especificamente, com o objetivo de destacar os reflexos desta pesquisa para diferentes disciplinas, em especial, a Economia Política Internacional e às Relações Internacionais.

argumentamos que a inserção chinesa na economia global estimula a especialização produtiva da periferia, tanto por conta das demandas oriundas da potência asiática quanto por conta de sua gigantesca oferta de produtos industriais e manufaturados. Além disso, a especialização é requerida pela China, que atua no sentido de reforçar a ordem capitalista neoliberal ao invés de opor-se a ela ou confrontá-la.

Após desenvolver esses argumentos, buscamos defender que a inserção da China na economia global e na economia brasileira intensificam dois processos prejudiciais à economia nacional: a desindustrialização e a especialização regressiva da pauta exportadora brasileira. Devido aos vários efeitos prejudiciais à economia e às capacidades brasileiras causados pela crescente inserção chinesa na economia nacional, defendemos que as relações sino-brasileiras são marcadas pela dependência, entendida nos termos definidos por Vânia Bambirra (1978; 2013). Sendo marcadas pela dependência, buscamos elencar uma série de efeitos que as relações sino-brasileiras possuem sobre as dinâmicas político-econômicas existentes no ambiente doméstico brasileiro e sobre a posição do Brasil no Sistema Internacional.

A fim de atingir os objetivos deste trabalho, o subdividimos em cinco seções, contando com esta introdução. Na segunda seção debate-se sobre o processo de desenvolvimento chinês e a forma pela qual a China se insere na economia mundial e no Sistema Internacional, fortalecendo a ordem neoliberal existente; além disso, buscamos discorrer acerca dos efeitos da ascensão chinesa sobre as dinâmicas existentes em ambos os sistemas e sobre os países periféricos. Na terceira seção realizamos uma discussão sobre desindustrialização e especialização regressiva da pauta exportadora do Brasil e sobre os efeitos dos crescentes relacionamentos existentes entre China e Brasil sobre a economia brasileira, defendendo que a crescente inserção da China na economia brasileira intensifica a desindustrialização e a especialização regressiva da pauta exportadora sofrida pelo Brasil. Na quarta seção analisamos se as relações sino-brasileiras são relações marcadas pela dependência, a partir do referencial teórico desenvolvido por Vânia Bambirra; além disso, discutimos os efeitos do crescimento de tais relações sobre as dinâmicas político-econômicas existentes no ambiente doméstico nacional e para a posição Brasileira no Sistema Internacional. Por fim, na quinta seção, realizamos as considerações finais.

Para a realização desta pesquisa, adotamos o método de abordagem hipotético-dedutivo e os seguintes métodos procedimentais: 1º) levantamento e revisão de dados (obtidos tanto em bases de dados nacionais, como o Ipeadata e a Rais, quanto em base de dados internacionais, como o IMF Dots) e bibliografias de referência consideradas fundamentais para o debate aqui realizado; e 2º) análise explicativa, realizada a partir dos resultados obtidos

na etapa anterior.

## **2. A ascensão chinesa e seus efeitos para a economia global**

A ascensão da China na economia global e no Sistema Internacional constitui um dos principais fenômenos do final do século XX e do início do século XXI. Fruto direto de um intenso processo de desenvolvimento econômico, a construção/expansão das capacidades produtivas e o crescimento do poder chinês são estudados e analisados por teóricos de todo o mundo.

Nessa seção, buscaremos apresentar dois argumentos fundamentais para este trabalho: 1º) que o processo de desenvolvimento chinês foi resultado de uma convergência entre políticas domésticas que visavam a industrialização e o desenvolvimento socioeconômico do país e a existência de um ambiente externo favorável, que ofertou grandes estímulos ao desenvolvimento chinês e à crescente inserção do país na ordem capitalista neoliberal; e 2º) que a inserção da China na economia global e no Sistema Internacional fortalecem as dinâmicas capitalistas neoliberais e impõem distintas barreiras ao desenvolvimento e à autonomia dos países periféricos, tal como é o caso do Brasil.

O processo de desenvolvimento chinês iniciou-se com a tomada do Estado da China pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) em 1949, após décadas de conflitos domésticos (entre as forças nacionalistas e as forças comunistas) e entre a China e potências estrangeiras (como o Japão Imperial) (Nabuco, 2009; Carvalho, 2013). Comandados inicialmente por Mao Tsé-Tung, após a tomada do poder, o PCCh instaura o planejamento central a fim de desenvolver as forças produtivas chinesas, buscando, em especial, industrializar o país e expandir/modernizar suas distintas infraestruturas (desestruturadas após décadas de conflito) (Carvalho, 2013; Milaré; Diegues, 2012; Nabuco, 2009). Mesmo com os diversos fracassos do planejamento e problemas socioeconômicos gestado no período maoísta do desenvolvimento chinês (1949-1976), como é o caso do fracasso do Grande Salto Adiante (1958-1962) e da Revolução Cultural (1966-1976), observou-se, nesse período, o desenvolvimento de importantes setores industriais e da infraestrutura da China, que seriam basilares para o posterior dinamismo econômico observado no país (Milaré; Diegues, 2012; Nabuco, 2009).

Além das transformações domésticas, durante as décadas de 1970 e 1980, se processam uma série de mudanças na economia global e no Sistema Internacional que terão impactos significativos sobre o posterior dinamismo econômico observado na China. Tais

mudanças derivam da desestruturação da ordem político-econômica de Bretton Woods. As principais consequências das mudanças na economia global foram: 1º) uma reorganização da atividade produtiva mundial (deslocalização produtiva), que se transfere dos países centrais para os países periféricos, especialmente asiáticos, e gera as denominadas cadeias globais de valores e 2º) a ascensão do neoliberalismo, com a adoção do Consenso de Washington por um número crescente de economias nacionais, de modo que observamos grandes liberalizações comerciais e financeiras em todo o globo (que, conseqüentemente, elevam os fluxos comerciais e financeiros existentes na economia mundial)<sup>3</sup> (Pinto; Gonçalves, 2015; Harvey, 2008; Chesnais, 1996). No Sistema Internacional, por sua vez, observamos o restabelecimento das relações político-diplomáticas dos Estados Unidos (e conseqüentemente, do Ocidente) com a China, tirando-a do isolamento internacional a qual ela fora submetida após o racha Sino-Soviético em 1960. A aproximação da China com os países capitalistas centrais se traduziu na inserção do país na ordem capitalista neoliberal, visto que a partir daí há eliminação dos embargos econômicos que pesavam sobre o país e a introdução da China na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971, substituindo Taiwan no Conselho de Segurança da organização (Nabuco, 2009; Carvalho, 2013).

Esses elementos domésticos e externos seriam basilares para o sucesso das políticas adotadas por Deng Xiaoping, que ascendeu ao controle do Partido e do Estado Chinês em 1978, após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976. Com Deng, as políticas econômicas adotadas na China até então sofrem grandes transformações, especialmente após a introdução do programa das Quatro Modernizações, que buscou alterar as dinâmicas políticas e socioeconômicas da China através da reestruturação de quatro setores estratégicos fundamentais: a) agricultura, b) indústria, c) defesa e d) ciência e tecnologia (Leão, 2012; Medeiros, 2008). Com a introdução do programa das Quatro Modernizações observou-se a (re)introdução de mecanismos de mercado na economia da China e a adoção de uma série de estímulos para a acumulação de capital no seio da sociedade chinesa (Nabuco, 2009; Medeiros, 2008).

Das várias transformações observadas na economia da China após a introdução das Quatro Modernizações, destacamos a formação de um padrão de desenvolvimento liderado por três “motores”: 1º) pelas exportações, formando-se setores industriais voltados para o

<sup>3</sup> Existem várias formas de se caracterizar e denominar as transformações em curso na economia global. Harvey (2008), por exemplo, as denomina de regime de acumulação flexível, enquanto Chesnais (1996) de mundialização do capital; por sua vez Pinto e Gonçalves (2015) as denominam de globalização. Apesar das distintas denominações, o importante é ressaltar que tais transformações tiveram reflexos diretos e indiretos sobre o processo de desenvolvimento chinês e sobre o dinamismo econômico observado na economia chinesa nas últimas décadas do século XX e no século XXI, pelo menos até a crise de 2008.

atendimento de demandas estrangeiras, tanto nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) quanto via estímulos às exportações das *Townships and Village Enterprises*; 2º) pela absorção de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs), oriundos, em especial dos Estados Unidos; estes foram utilizados, majoritariamente, para a expansão e desenvolvimento dos setores industriais chineses (inserindo a China, de modo crescente, nas cadeias globais de valores mundiais) e 3º) pelo enorme grau de investimento infraestrutural na China, realizado a fim de sustentar o intenso processo de urbanização e a rápida industrialização/transformação estrutural do país (Ho-Fung, 2018; Li; Bernal-Meza, 2021; Hiratuka, 2018; Pinto, Gonçalves, 2015; Yiping, 2016). É nesse sentido que estamos de acordo com o descrito por Ho-Fung Hung (2018, p. 3):

Mais ainda, a fonte final do dinamismo da economia chinesa vem do seu setor exportador, que tem sido dominado por empresas privadas (nacionais ou estrangeiras) e muito bem integradas no circuito global de livre comércio. É nesse mesmo setor exportador que a expansão de empresas estatais relativamente não lucrativas tem se baseado. Nesse sentido, o boom da China só é possível pela participação do país na ordem global neoliberal caracterizada pelo livre comércio e livre mobilidade de capital, estando, portanto, longe de ser um rompimento com essa ordem.

*China's economic growth during the past decades relied mainly on export and investment engines, while consumption was relatively weak. Behind these two growth engines are two rapidly expanding manufacturing industries. One part of the manufacturing industry, mainly labor-intensive and low value-added, underpinned export growth. And the other part, mainly heavy machinery and investment goods, facilitated investment expansion. These two industries formed the foundation of global manufacturing center and underwrote the so-called "China miracle". (Yiping, 2016, p. 316)*

Dito de modo sucinto, a China, em seu processo de desenvolvimento econômico e inserção internacional, se beneficiou da ordem neoliberal vigente, sendo parte estruturante de suas dinâmicas e atuando em prol de seu fortalecimento (Ho-Fung, 2018; Li; Bernal-Meza, 2021). As políticas domésticas implementadas por Deng Xiaoping a partir de 1978, aplicadas em um momento em que a economia internacional sofria intensas transformações, como ressaltamos, fez com que a China se tornasse, paulatinamente, um dos eixos centrais das dinâmicas financeiras e produtivas do sistema capitalista mundial. Esses movimentos somaram-se às crescentes interconexões existentes entre a economia chinesa e a economia estadunidense, gestando dinâmicas fundamentais para a expansão da economia global até a crise financeira mundial de 2008. Tal como ressaltado por Pinto e Gonçalves (2015, p. 465-466):

[...] o dinamismo chinês na indústria de transformação foi influenciado de forma significativa pela integração produtiva entre esse país e os Estados Unidos. Essa integração (eixo sino-americano) pode ser descrita a partir de três circuitos: (1) o investimento externo dos EUA na China (subsidiárias de empresas transnacionais

com matriz nos EUA), cuja produção é orientada tanto para as exportações como para o mercado interno chinês; (2) as cadeias produtivas industriais globalizadas que, por meio do comércio entre firmas, articularam as empresas americanas, detentoras de grandes marcas mundiais, e as grandes empresas de países asiáticos que fornecem suprimentos (máquinas, equipamentos, peças e componentes) para a indústria chinesa; esta, por seu turno, transforma e reexporta produtos acabados para o mundo, sobretudo para os EUA; e (3) o segmento da indústria de consumo não durável (vestuário, material esportivo, brinquedos etc.) liderado pelas cadeias varejistas dos EUA, que envolve as firmas da China e do seu entorno como fornecedores. A articulação desses três circuitos fez com que a China se tornasse o centro global de montagem e produção de manufaturas.

Além desses aspectos, é fundamental destacar que as relações sino-estadunidenses sustentaram a crescente dívida externa norte-americana (via compra de títulos da dívida dos Estados Unidos pela China) e asseguraram e legitimaram o crescente processo de financeirização existente na economia estadunidense e na economia global (Li; Bernal-Meza, 2021; Ho-Fung, 2018). Tal como ressaltado por Ho-Fung (2018, p. 5):

A onda de terceirização da produção em direção à China, bem como a corrida ao fundo do poço pelas economias em desenvolvimento para atrair capital do norte, que a China ajudou a desencadear, permitiram às empresas transnacionais (ETN) acumular lucros extraordinários, que foram então canalizados para o mercado financeiro no próprio norte global, cuja expansão estimula a demanda por produtos manufaturados provenientes da China. Isso levou a uma rápida expansão da capacidade industrial chinesa, mas também a bolhas financeiras e de consumo via crédito nos Estados Unidos e em outros países centrais. A superprodução na China e o consumo excessivo nos EUA constituíram o desequilíbrio econômico global que levou ambos a uma aparente prosperidade durante a maior parte dos anos 2000, instigando a narrativa da “Chiamérica” ou do G2 como a nova base da ordem econômica global.

Outros autores também defendem que as conexões sino-estadunidenses moldaram as dinâmicas econômicas existentes na economia global, tal como é o caso de Li e Bernal-Meza (2021). De acordo com esses últimos: *“The most interesting point in the China-US economic relationship during the same period was a simultaneously dual development process. While the Chinese economy became increasingly industrialized, the US economy became more deindustrialized and financialized”* (Li; Bernal-Meza, 2021, p. 9). Assim, entendemos que a intensa industrialização da China, somada a sua grande inserção em distintas cadeias globais de valores, foi possibilitada pelas relações com os Estados Unidos, que por sua vez, se viram crescentemente interligados às dinâmicas da economia chinesa.

Com a crise financeira mundial de 2008, causada pela explosão da bolha financeira e de consumo via crédito nos Estados Unidos, as dinâmicas processadas até então na economia capitalista global colapsaram e as relações econômicas existentes entre China e Estados Unidos sofreram grandes transformações. Resumidamente, entende-se que os efeitos recessivos da crise financeira de 2008 afetaram negativamente a demanda por bens nos

Estados Unidos, tendo reflexos diretos sobre a economia chinesa, muito dependente das exportações para a potência norte-americana (Ho-Fung, 2018; Manzi; Viola, 2020). Com a redução da demanda por bens chineses nos Estados Unidos e nos demais países centrais do capitalismo, o PCCh buscou alterar os rumos do desenvolvimento chinês a fim de evitar a estagnação econômica e os problemas socioeconômicos oriundos dela (Ho-Fung, 2018; Manzi; Viola, 2020; Yiping, 2016).

No biênio 2009-2010, a China aplicou políticas expansionistas, visando estimular os investimentos produtivos e fortalecer a demanda doméstica no país. A partir de então, os investimentos passaram a ser o principal motor do crescimento econômico na China, mas sem que se observasse uma elevação da demanda que acompanhasse o crescimento da oferta de bens. Isso gerou problemas estruturais na economia chinesa que permanecem até a atualidade, como, por exemplo, a existência de sobrecapacidade em diversos setores industriais (Ho-Fung, 2018; Manzi; Viola, 2020; Yiping, 2016; Cintra; Pinto, 2017). Nesse mesmo período, a China passou a exportar, de modo crescente, capitais excedentes para o mundo, especialmente via IEDs. Tais investimentos tinham/têm tanto o objetivo de dinamizar a economia chinesa, tornando suas empresas mais competitivas em nível global, quanto possuíam/possuem o objetivo aumentar a demanda estrangeira por produtos chineses (não apenas bens de consumo duráveis e manufaturados de todo tipo, mas também de máquinas e equipamentos), criando novos estímulos para os setores exportadores do país (é nesse sentido que a China desenvolve megaprojetos de infraestrutura, como a Nova Rota da Seda, por exemplo) (Cai, 2017; Ho-Fung, 2018; Yiping, 2016; Cintra; Pinto, 2017). Além disso, como ressaltado por Cintra e Pinto, esses megaprojetos de infraestrutura são: “uma forma mais atraente de aplicar as reservas internacionais do que mantê-las em títulos do governo americano com baixíssimas taxas de juros” (Cintra; Pinto, 2017, p. 397). Dito de outra forma, os investimentos chineses são aplicados estrategicamente a fim de solucionar os problemas estruturais existentes na economia chinesa e/ou garantir a continuidade do intenso processo de desenvolvimento do país.

Feitas tais considerações, faz-se central respondermos duas perguntas nesta seção: 1<sup>a</sup>) como a posição da China na economia global molda dinâmicas da economia capitalista global na contemporaneidade?; e 2<sup>o</sup>) de que forma a economia chinesa afeta economias periféricas? Essas duas perguntas são complementares, mas são fundamentais para compreendermos a posição da economia brasileira e do Brasil em uma economia mundial e em um Sistema Internacional em transformação.

Conforme discutimos, o processo de desenvolvimento chinês fez com que a China se

tornasse a “fábrica do mundo”, concentrando grande parte da capacidade produtiva industrial do planeta e possuindo crescentes papéis nas cadeias globais de valores (redefinindo também, toda a divisão internacional do trabalho em seu benefício, de modo que existem crescentes redes produtivas centradas na China, em especial na Ásia) (Pinto; Gonçalves, 2015; Ho-Fung, 2018; Hiratuka; Sarti, 2017). O maior dinamismo econômico e a crescente produção industrial fizeram com que a China demandasse crescentes volumes de matérias-primas, alimentos e bens intermediários utilizados em seus processos produtivos, de modo que a potência asiática se tornou uma das maiores importadoras de *commodities* e insumos do planeta. Nesse sentido, as demandas chinesas por *commodities* possuem significantes reverberações sobre a economia internacional e sobre distintas economias nacionais, que são estimuladas a produzir volumes crescentes de alimentos, energia, e matérias-primas para atender a grande demanda chinesa (Pinto; Gonçalves, 2015; Ho-Fung, 2018; Hiratuka; Sarti, 2017), tal como demonstra a imagem 1, abaixo:

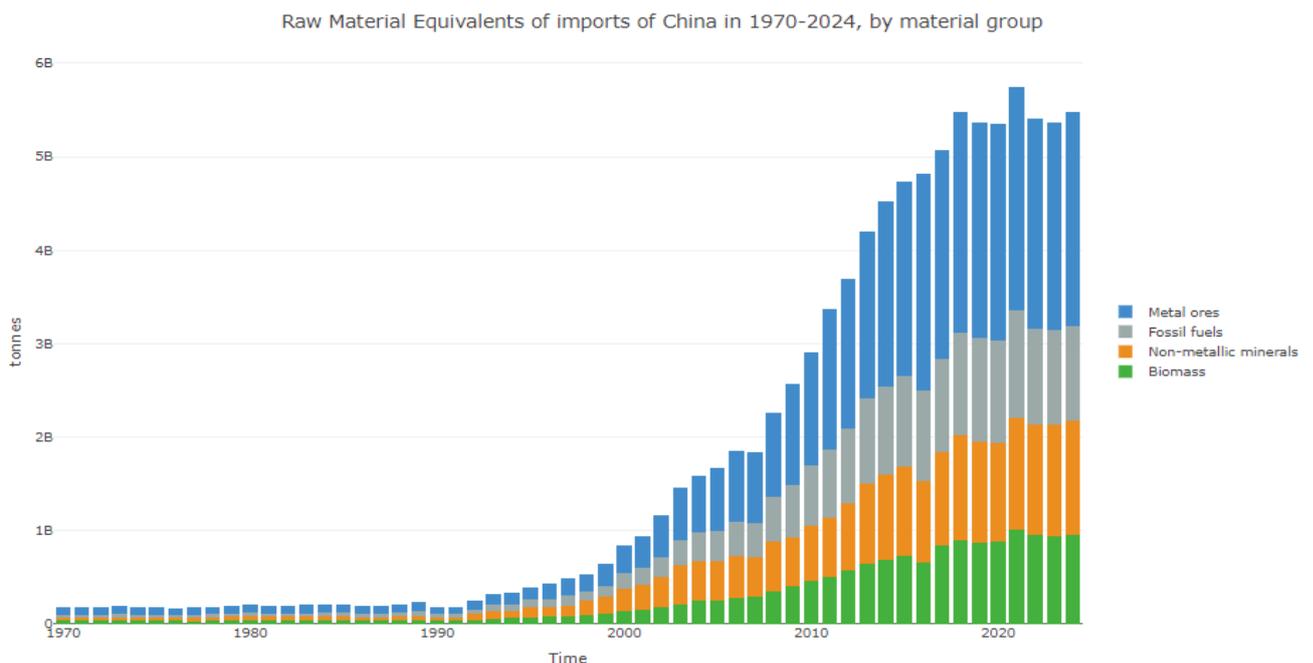


Gráfico 1 - Fonte: Material Flows<sup>4</sup> (2024)

Paralelamente, o enorme desenvolvimento econômico e a gigantesca capacidade exportadora da China tornaram-na em uma das principais exportadoras de bens e serviços do planeta, em especial de bens industriais e manufaturados (Pinto; Gonçalves, 2015). O nível de desenvolvimento industrial e a escala de produção (somados a outros incentivos econômicos

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.materialflows.net/visualisation-centre/data-visualisations/?inputs\\_&sidebar=%22bar\\_chart\\_1%22](https://www.materialflows.net/visualisation-centre/data-visualisations/?inputs_&sidebar=%22bar_chart_1%22). Acesso em: 16 de jun. de 2024

presentes na economia chinesa) fazem com que os bens intermediários e finais oriundos da China sejam extremamente competitivos, de modo que a crescente inserção da China na economia global tem efeitos negativos sobre setores industriais menos competitivos, em geral alocados em países periféricos (Ho-Fung, 2018; Cano, 2012; Hiratuka; Sarti, 2017). Tal como ressaltado por Pinto e Gonçalves (2015, p. 467): “Em consequência, a China e seu entorno tornaram-se atores principais de dois dos eixos estruturantes da globalização: o aumento da contestabilidade (acirramento da concorrência) e a interdependência no sistema econômico internacional.”.

O mesmo pode ser dito em relação aos investimentos da China no exterior, cujos elevados volumes têm por potencial estimular a demanda global por bens e serviços, especialmente no médio e no longo prazo, e causam reverberações importantes sobre dinâmicas produtivas existentes nas economias em que estes são aplicados e na economia global como um todo (ressaltando-se os aspectos geoeconômicos e geopolíticos a eles inerentes), tal como pode se observar a partir do desenvolvimento da *Belt and Road Initiative* (Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021; Cintra; Pinto, 2017; Yiping, 2016). Outro aspecto que deve ser ressaltado advém do fato de que, mesmo após a crise de 2008, China e Estados Unidos ainda se mantêm estreitamente conectados nos âmbitos comerciais e financeiros (Li; Bernal-Meza, 2021; Pinto; Gonçalves, 2015), apesar das tensões observadas na contemporaneidade - tal como é o caso da Guerra Comercial e das disputas envolvendo Taiwan e o Mar do Sul da China.

Assim, entendemos que as dinâmicas econômicas e financeiras existentes na China moldam a economia global a partir de 4 pontos centrais: 1º) na produção, do lado da oferta: aumento da competitividade global em setores industriais e manufaturados; 2º) na produção, do lado da demanda: estimulando (ou desestimulando, a depender do dinamismo chinês) a produção global de bens primários e *commodities*, tais como alimentos, energia e matérias-primas; 3º) com volumes crescentes de capitais exportados, cuja aplicação tem reflexos diretos e indiretos sobre as dinâmicas econômicas dos países receptores e sobre a economia global e 4º) sobre as dinâmicas econômicas globais afetadas diretamente pelas relações econômicas existentes entre ela e os Estados Unidos, as duas maiores economias do globo. Dito isso, partimos à segunda pergunta.

Visto as diversas influências sobre a economia global, as dinâmicas econômicas e financeiras da economia chinesa possuem efeitos diretos e indiretos sobre as economias dos países periféricos, dos quais destacamos dois. Em primeiro lugar, tais dinâmicas geram enormes estímulos à especialização produtiva nos países periféricos, visto suas grandes

demandas por *commodities* (os estímulos à especialização produtiva são recebidos de maneira diversa por cada país periférico, a depender de sua estrutura econômica: eles podem levar ao fortalecimento dos setores primário-exportadores e/ou podem levar à desindustrialização) e, em segundo lugar, elas desestimulam a industrialização/desenvolvimento industrial/mudança estrutural nos países periféricos, visto os enormes custos e as diversas barreiras que estes processos implicam (barreiras estas que são potencializadas pela enorme competitividade dos setores industriais e manufatureiros chineses, onde se observam graus elevados de capacidade ociosa desde o período pós-crise de 2008) (Ho-Fung, 2018; Hiratuka; Sarti, 2017). Tal como ressaltado por Ho-Fung (2018, p. 11): “Considerando as tendências de expansão do setor de exportação de matérias-primas e do aumento nas pressões competitivas sobre as indústrias domésticas, pode-se ver que a ascensão da China criou condições que podem levar à desindustrialização e ao retorno à dependência da exportação de recursos naturais no mundo em desenvolvimento.”.

Além disso, dadas as dinâmicas existentes na economia da China na contemporaneidade e a defesa do livre comércio por parte do governo chinês, defendemos que a especialização produtiva dos países periféricos seja de interesse da potência asiática (Carmody; Owusu, 2011; Cai, 2017) ou, no máximo, que ela busque estimular uma industrialização que gire em torno das dinâmicas produtivas existentes em sua economia, a fim de potencializá-las (de modo a possibilitar/estimular/assegurar que a China ascenda nas cadeias de valores globais), tal como ressaltado por Cai (2017, online): “*Part of this thinking is informed by China’s own experience of industrialisation in the 1980s and 1990s. One senior provincial economic planning official said China imported second-hand production lines from Germany, Taiwan, and Japan in the 1980s; essentially unwanted surplus industrial capacity. Beijing thinks China’s experience could be replicated in neighbouring, less-developed countries.* Feitas tais considerações, na próxima seção debatemos os efeitos da ascensão chinesa sobre a economia brasileira no século XXI.

### **3. A economia brasileira frente à ascensão chinesa: intensificação da desindustrialização e especialização regressiva da pauta exportadora nacional**

Durante grande parte do século XX, diversos governos empregaram políticas econômicas visando estimular a industrialização do Brasil. Neste século, especialmente entre o período que engloba o pós-Primeira Guerra Mundial e a derrocada do sistema de Bretton Woods, a economia mundial e o Sistema Internacional ofereceram diversos estímulos à

industrialização nacional, embora esta fosse dificultada pelas condições estruturais da economia brasileira, isto é, por sua condição periférica no sistema capitalista mundial. Apesar das barreiras enfrentadas, o esforço industrializante foi relativamente bem-sucedido no Brasil, de modo que em meados da década de 1970, observavam-se níveis consideráveis de industrialização no país, com um parque industrial expressivo que apresentava um incipiente, porém crescente, setor de bens de capital (Cano, 2012).

Apesar de o Brasil ser o país latino-americano com maior grau de desenvolvimento industrial, as mudanças domésticas e as transformações sofridas pelo sistema capitalista durante a década de 1970 e aprofundadas nas décadas posteriores (conforme discutido na seção anterior), impuseram uma série de novas barreiras à continuidade do processo de industrialização nacional. Para ser mais preciso, a adoção crescente de políticas macroeconômicas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil, somadas às transformações externas, levaram a economia brasileira a um processo de desindustrialização (Cano, 2012; Hiratuka; Sarti, 2017; Sugimoto; Diegues, 2022) prejudicial ao seu dinamismo socioeconômico e à manutenção do desenvolvimento nacional. Assim, é fundamental responder duas perguntas para prosseguirmos: 1ª) o que é a desindustrialização? e 2ª) Por que o Brasil passa por um processo de desindustrialização?

O conceito clássico de “desindustrialização” foi desenvolvido por Rowthorn e Wells em 1987, no livro denominado “*De-Industrialization and Foreign Trade*”<sup>5</sup>. Neste trabalho os autores definem a desindustrialização como a redução, persistente e de longo prazo, na participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região; este conceito é adotado posteriormente por outros trabalhos como os de Rowthorn e Ramaswamy (1997; 1999). Esse conceito foi desenvolvido por Fiona Tregenna (2009), que o amplia, descrevendo a “desindustrialização” como um processo no qual há a redução do emprego industrial frente ao emprego total de um país e a redução do valor adicionado da indústria frente ao PIB de determinado país. De acordo com a autora: “*Rather than defining deindustrialisation in terms of the single dimension of falling share of manufacturing in total employment, as in the current literature, we propose that deindustrialisation should be regarded as occurring when there is a sustained decline in both the share of manufacturing in total employment and the share of manufacturing in GDP.*” (Tregenna, 2009, p. 459).

<sup>5</sup> Oreiro e Feijó (2010) e Machado e De Lima (2021) atribuem a formação desse conceito a Rowthorn e Ramaswamy (1999). Apesar disto, é importante notar que o conceito “clássico” de desindustrialização, isto é, o que caracteriza esse fenômeno como a redução do emprego industrial sobre o emprego total em uma determinada economia ao longo do tempo, é descrito por Rowthorn e Wells em 1987 e consta em artigos anteriores a 1999, como é o caso do artigo de Rowthorn e Ramaswamy (1997), mesmo que este seja um *Working Paper*.

Versar sobre a desindustrialização é importante pois esse processo afeta diretamente o dinamismo econômico e as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico dos países e regiões que sofrem com ele, seja no curto, no médio ou no longo prazo. De acordo com Tregenna (2009, p. 436): *“From the perspective that manufacturing has a special role to play in the growth process, deindustrialisation and premature deindustrialisation in particular would be regarded as problematic in terms of the implications for the rates and sustainability of growth.”*. É ressaltado por Oreiro e Feijó (2010, p. 224):

Em suma, a indústria é vista como “especial” pelo pensamento heterodoxo, pois ela é a fonte de retornos crescentes de escala (indispensável para a sustentação do crescimento no longo-prazo), é a fonte e/ou a principal difusora do progresso tecnológico e permite o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo prazo. Nesse contexto, a desindustrialização é um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo-prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento.

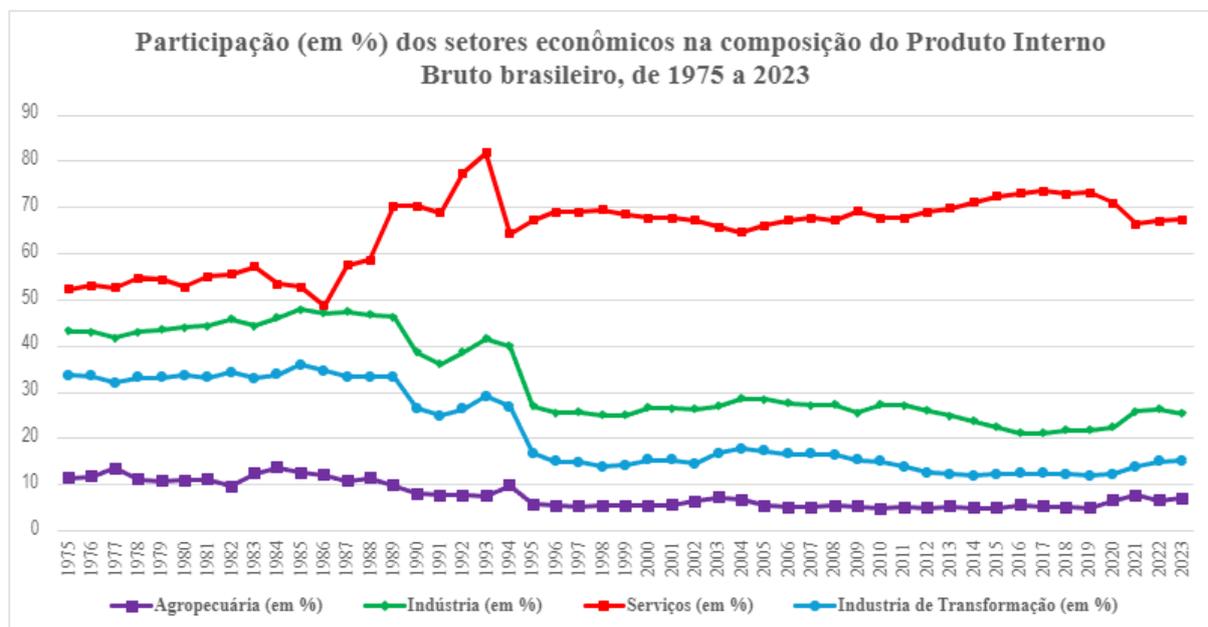
Como argumentam Rowthorn e Ramaswamy (1997) e outros autores (Oreiro; Feijó, 2010; Cano, 2012), em termos de desenvolvimento econômico, a desindustrialização não é necessariamente negativa para a economia de um país. Nos países desenvolvidos, ela é consequência da deslocalização das atividades produtivas para regiões periféricas (da qual a China se beneficia diretamente, conforme ressaltamos) e da rápida expansão do setor de serviços após este atingirem elevados níveis de desenvolvimento econômico (Oreiro; Feijó, 2010; Cano, 2012; Machado; De Lima, 2021). De acordo com Oreiro e Feijó (2010), quando a desindustrialização é “natural” ou “positiva”, tal como se processou nos países desenvolvidos centrais, ela é acompanhada por uma mudança “benéfica” na pauta exportadora dos países, de modo que se elevam o conteúdo tecnológico dos produtos exportados e seus valores agregados (dito de outra maneira, ela não é acompanhada pelo processo de especialização regressiva da pauta exportadora)<sup>6</sup>.

Por sua vez, quando a desindustrialização se processa sem que a estrutura industrial tenha atingido sua maturidade, perdendo importância para o setor de serviços no dinamismo econômico de determinado país, ela é vista como “negativa” ou “precoce” (Oreiro; Feijó, 2012; Machado; De Lima, 2021). Esses autores ainda reconhecem o fato de que quando a desindustrialização ocorre precocemente em uma economia, ela tende a vir acompanhada da

<sup>6</sup> É fundamental destacar que a concepção sobre a desindustrialização “positiva” ou “negativa” diz respeito a seus efeitos sobre o processo de desenvolvimento/crescimento econômico. Essa percepção ignora muitos dos efeitos sociais que esse processo implica para os indivíduos e sociedades que sofrem com ele, por exemplo, para a classe trabalhadora, seja ela de países centrais, seja ela de países periféricos. De toda maneira, distinguir os processos de desindustrialização é importante, visto suas diferentes causas e seus diferentes efeitos sobre as dinâmicas socioeconômicas de determinados países em determinados períodos de tempo.

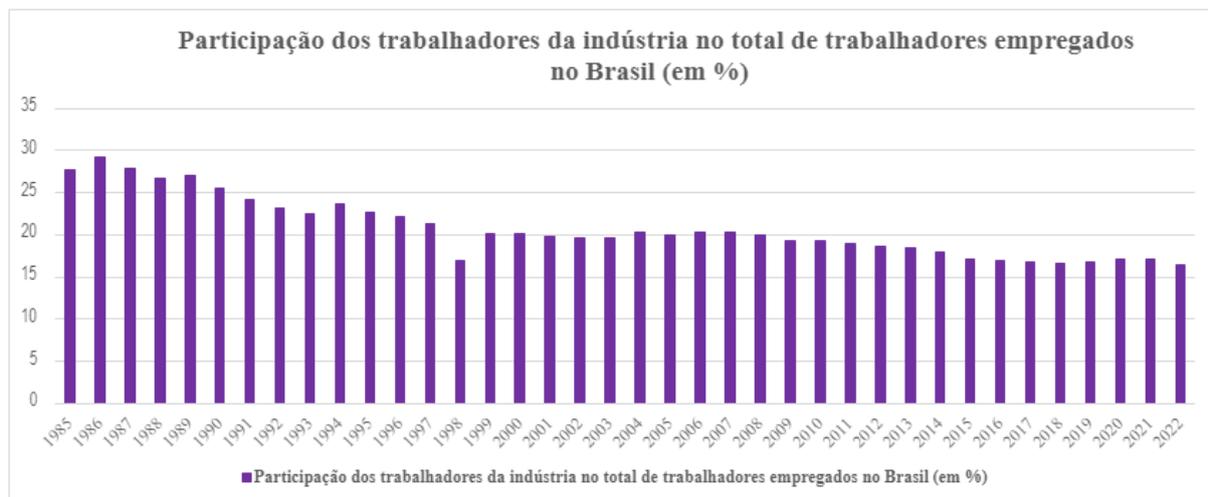
especialização regressiva da pauta exportadora, afetando negativamente as possibilidades de mudança estrutural e de desenvolvimento no médio e no longo prazo da mesma economia. Esses elementos apontam para os efeitos perversos que a desindustrialização tem sobre diversas economias nacionais, afetando diretamente empregos e renda da população e a qualidade de vida de muitas sociedades.

Levando-se em consideração a definição de Tregenna (2009) e o apontado por Oreiro e Feijó (2010); Cano (2012) e Machado e De Lima (2021), podemos afirmar que o Brasil sofre, desde pelo menos o final da década de 1980, um contínuo processo de desindustrialização, com uma crescente perda de importância da indústria, especialmente da indústria de transformação, para o dinamismo da economia nacional. Isso pode ser averiguado observando-se os dados dos gráficos 2 e 3.



**Gráfico 2** - Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata<sup>7</sup> (2024). Nota: A indústria de transformação compõe a indústria como um todo.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 18 de jun. de 2024.



**Gráfico 3 - Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Rais<sup>8</sup> (2024)**

Feitas tais considerações, ainda faz-se necessário responder os motivos que levam o Brasil a sofrer com um contínuo processo de desindustrialização. De acordo com Cano (2012), as políticas macroeconômicas adotadas no país desde o final de 1980, e aprofundadas desde 1990, tiveram papel central neste processo, embora as condições externas também tenham impactos consideráveis sobre o mesmo.

Cano (2012) aponta cinco razões para a desindustrialização precoce da economia brasileira: 1<sup>a</sup>) a existência de uma política cambial que torna o câmbio excessivamente valorizado<sup>9</sup> conjugada com a prática de juros reais elevadíssimos e da âncora fiscal, que são responsáveis por diminuir a competitividade dos setores industriais nacionais frente à produção estrangeira; 2<sup>a</sup>) a abertura comercial desregulada pela qual o Brasil passa desde 1989, no final do governo Sarney até a atualidade, que retiraram mecanismos de proteção à indústria e à produção industrial nacional frente a concorrência externa; 3<sup>a</sup>) a existência de elevadas taxas de juros que desestimulam investimentos na indústria nacional, tornando-a vulnerável e/ou obsoleta; 4<sup>a</sup>) os Investimentos Estrangeiros Diretos, visto que a maioria aplicada no Brasil possui caráter especulativo, diferente do que se processa em outras economias nacionais, em que tais investimentos estimulam a expansão, a modernização e o desenvolvimento industrial (tal como ocorre com a economia chinesa) e 5<sup>a</sup>) a desaceleração da economia mundial pós-2007 e a intensificação da concorrência ocorrida desde então, em especial devido a uma maior agressividade da China no comércio internacional (Cano; 2012,

<sup>8</sup> Disponível em: <[https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_rais\\_vinculo\\_id\\_1993/login.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id_1993/login.php)>. Acesso em: 18 de jun. de 2024

<sup>9</sup> É importante notar o fato de que o câmbio valorizado é visto, por muitos autores como Salama (2012) e Oreiro e Feijó (2010), como um dos principais fatores que levam à desindustrialização no Brasil. Para esses e outros autores, o câmbio valorizado seria sintoma da doença holandesa presente na economia nacional.

p. 834-836). Por sua vez, Hiratuka e Sarti (2017) apontam para o fato de que as transformações ocorridas na economia mundial têm efeitos diretos sobre a indústria brasileira e são fundamentais para compreendermos o processo de desindustrialização no Brasil. Feitas tais considerações, buscaremos responder às seguintes perguntas: a China possui papel na desindustrialização observada na economia brasileira? Qual é este papel?

Em nossa concepção, é fundamental destacar que a China não é responsável por gerar/causar o processo de desindustrialização no Brasil. Como bem apontado por Salama (2012), Cano (2012), Oreiro e Feijó (2010) e Hiratuka e Sarti (2017), esse processo é fruto de uma série de fatores endógenos (políticas macroeconômicas neoliberais adotadas e a falta de política industrial efetiva) e exógenos (transformações e reorganizações da economia mundial, com alterações na divisão internacional do trabalho e maior competitividade industrial). Apesar disso, é importante destacar que são os mesmos processos existentes na economia mundial, que direcionam IEDs e as atividades industriais para a Ásia, em geral, e para a China, em particular, que afetam exogenamente o dinamismo da economia e dos setores industriais brasileiros.

De toda forma, apesar de a China não causar os processos exógenos que sustentam a desindustrialização brasileira (embora esta se beneficie destes e os fortaleça), seria errôneo ignorar os efeitos diretos e indiretos que as atividades produtivas chinesas e a inserção internacional da China na economia mundial e no Sistema Internacional possuem sobre a desindustrialização e a especialização regressiva da pauta exportadora do Brasil, como ressaltado por Sugimoto e Diegues (2022) e Haffner e Barbosa (2020).

Conforme destacamos na seção anterior, a China se consolida, no século XXI, como uma grande potência econômica industrializada, demandando volumes gigantescos de matérias-primas, bens alimentícios, insumos industriais e bens intermediários para utilizar em seus processos produtivos e para atender as necessidades de sua enorme população. Ao mesmo tempo, ela produz e exporta enormes volumes de produtos industriais e manufaturados de todos graus tecnológicos (isto é, bens de capitais, bens de consumo duráveis e não-duráveis, bens intermediários e algumas *commodities* processadas) (Ho-Fung, 2018; Yiping, 2016; Hiratuka, 2018; Ribeiro, 2013).

Devido a sua importância na economia mundial, e em especial as mudanças processadas em sua inserção na economia global no período pós-crise financeira mundial de 2008, durante o século XXI as relações econômicas e financeiras existentes entre Brasil e China se aprofundam em ritmo acelerado. Em 2009 a China se tornou a principal parceira comercial do Brasil e as relações comerciais entre os dois Estados continuam se

desenvolvendo desde então (Souza, 2022; Haffner; Barbosa, 2020), apresentando-se uma tendência ao superávit comercial para o Brasil, conforme pode ser observado no gráfico 4, abaixo.

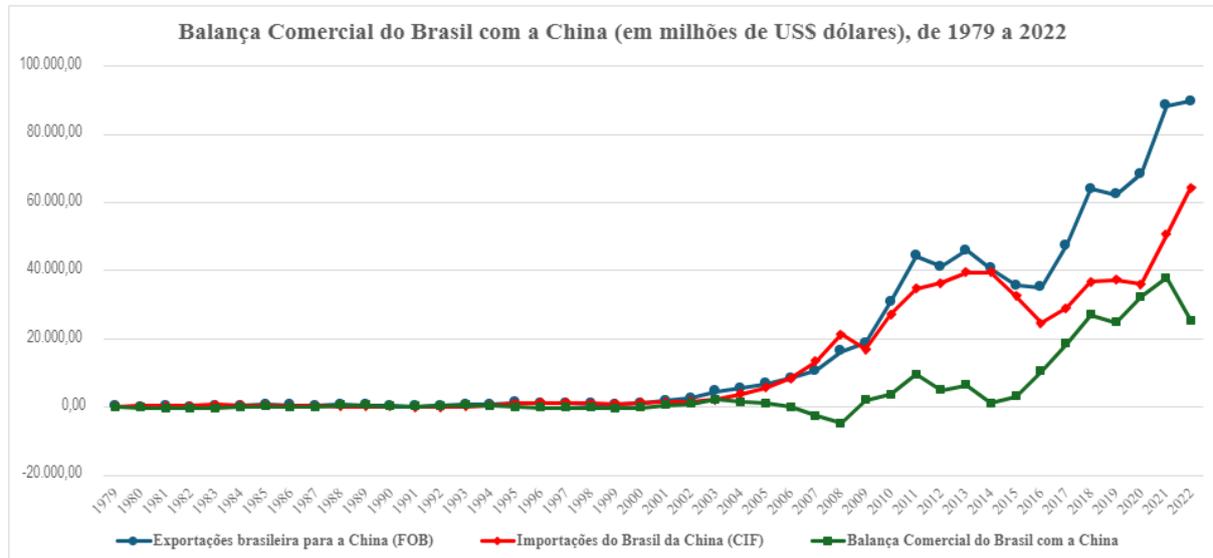


Gráfico 4 - Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Imf Dots<sup>10</sup> (2024)

Apesar dos crescentes superávits e da importância deste comércio para o acúmulo de reservas internacionais por parte do Estado brasileiro, é central destacar as características destas relações comerciais e seus efeitos sobre a economia brasileira. De modo geral, devido às demandas e as características da oferta de bens por parte da China, o comércio sino-brasileiro é muito desigual/assimétrico: grande parte das importações realizadas pela China do Brasil são matérias-primas não processadas, concentradas em uma baixa variedade de produtos (minério de ferro, soja e petróleo cru), enquanto as exportações chinesas para o Brasil são compostas, sobretudo, por bens industriais (especial bens de consumo duráveis e bens de capital) e manufaturados diversos (Sugimoto; Diegues, 2022; Haffner; Barbosa, 2020; Souza, 2022).

O exuberante crescimento anual da economia chinesa expandiu sobremodo sua demanda externa de forma generalizada. A nova divisão internacional do trabalho, elevada produtividade e câmbio desvalorizado fizeram, no entanto, com que as relações comerciais com a América Latina passassem a ter a forma clássica da relação centro-periferia, com a pauta exportadora chinesa constituída, fundamentalmente de produtos manufaturados e sua pauta importadora, de produtos primários, ao contrário da estrutura comercial que pratica com o resto da Ásia, UE e EUA. (Cano, 2012, p. 841)

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://data.imf.org/?sk=9d6028d4f14a464ca2f259b2cd424b85>>. Acesso em: 18 de jun. de 2024

Essas assimetrias são responsáveis por gerar, diretamente, pelo menos, dois efeitos perversos, mas conectados, na economia brasileira, intensificando os processos de desindustrialização e de especialização regressiva da pauta exportadora nacional, e um efeito indireto, com impacto semelhante sobre estes processos. Veremos sobre tais efeitos.

O primeiro efeito direto das assimetrias existentes no comércio sino-brasileiro advém do fato de que se observa, de maneira progressiva, um crescimento da presença de bens-primários, em detrimento dos bens manufaturados e semimanufaturados, nas exportações do Brasil, isto é, as relações comerciais com a China levam à intensificação da especialização regressiva da pauta exportadora brasileira, tal como bem apontado por Sugimoto e Diegues (2022, p. 484): “A ascensão da China como parceira comercial preferencial do Brasil estabeleceu, portanto, um padrão assimétrico. De um lado, pelo lado da oferta, a China teve influência na acentuação da especialização regressiva da pauta exportadora”. A especialização regressiva da pauta exportadora brasileira é demonstrada pelos gráficos 5 e 6, abaixo.

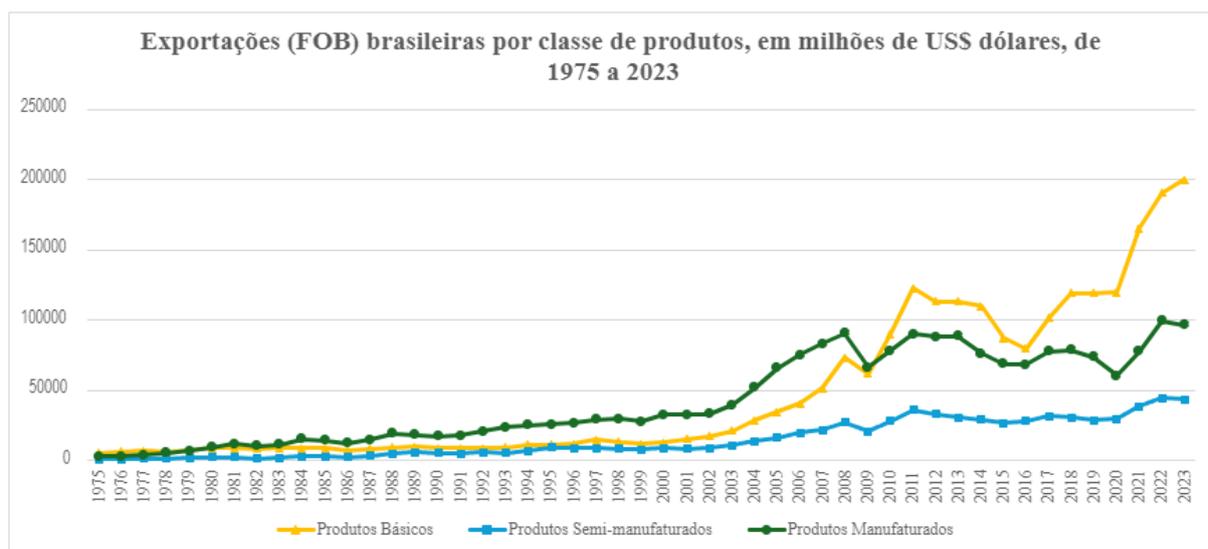


Gráfico 5 - Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2024)

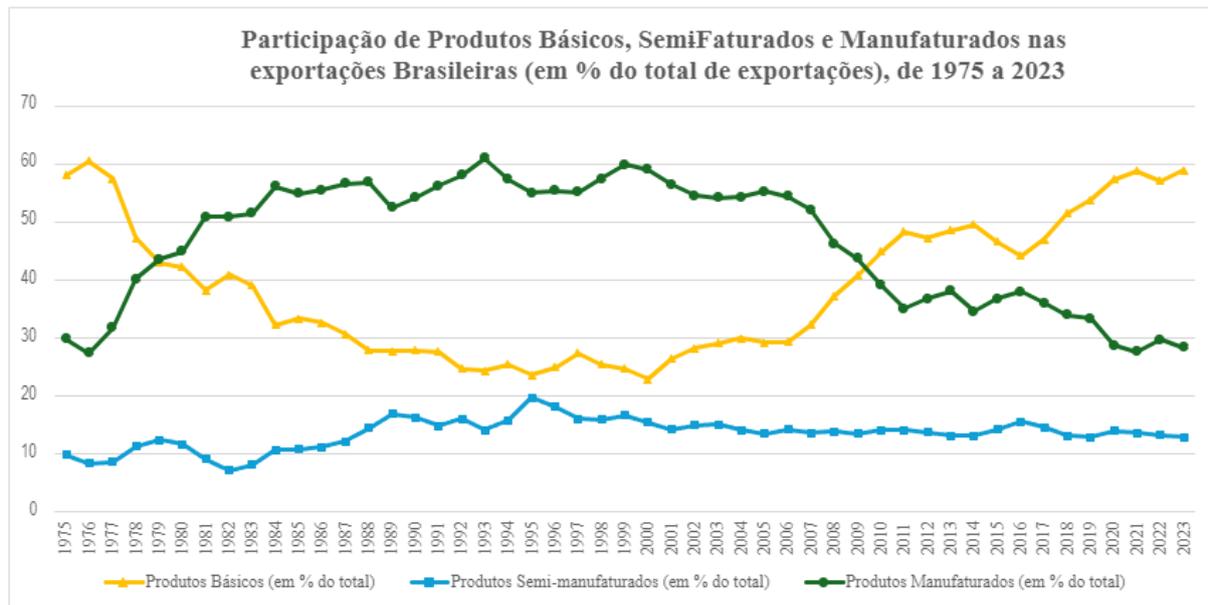


Gráfico 6 - Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2024)

Se por um lado a demanda chinesa por *commodities* tem efeitos negativos sobre a composição das exportações brasileiras, estimulando a especialização regressiva da pauta exportadora e, conseqüentemente, a reprimarização da economia nacional, por outro a oferta de produtos industriais baratos e competitivos por parte da China afeta diretamente o dinamismo dos setores industriais brasileiros, sejam os produtores de bens intermediários sejam os produtores de bens finais, impondo diversos desafios à produção industrial nacional e desestimulando a realização de novos investimentos na indústria brasileira, bem como destacado por Sugimoto e Diegues (2022) e Cano (2012).

O segundo efeito negativo do comércio desigual/assimétrico sino-brasileiro está no fato de que a crescente inserção da China na economia do Brasil faz com que a demanda brasileira por bens (intermediários e finais), antes atendidas pela produção nacional, passe a se voltar, de modo crescente, para a China, que por conta da competitividade e baixo custo de seus produtos tem grandes vantagens sobre os produtos brasileiros. O mesmo ocorre com as demandas estrangeiras, antes atendidas por produtos brasileiros e agora, paulatinamente, substituídos pela oferta chinesa (Sugimoto; Diegues, 2022; Souza, 2022; Haffner; Barbosa, 2020).

Assim, o terceiro efeito, indireto, se dá porque a inserção da China na economia mundial afeta diretamente a demanda por produtos brasileiros em mercados estrangeiros, especialmente em parceiros comerciais importantes para o dinamismo dos setores industriais nacionais, tal como os países sul-americanos. Como ressaltado por Cano (2012, p. 841) “Ademais, as exportações chinesas para os EUA deslocaram boa parte de exportações

industriais mexicanas, centro-americanas e brasileiras, piorando muito a inserção externa.” e reforçado por Sugimoto e Diegues (2022, p. 501): “Como apontado, além dos preocupantes sinais de aumento da participação chinesa no aumento do vazamento da demanda por bens industriais (finais e intermediários), o cenário, especialmente no pós-crise de 2008, é de aumento da participação da China em mercados que representavam um escoadouro importante para as exportações manufatureiras brasileiras, como os países do Mercosul.”.

Em 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, porém as relações entre os dois países têm sido bastante desiguais: o Brasil exporta sobretudo produtos primários e importa manufaturados. Logo, pouco mais de uma década depois, a economia brasileira encontra-se mais vulnerável às flutuações dos preços internacionais das commodities e a queda da participação da indústria no PIB afeta a geração de empregos, com a redução generalizada e nas atividades mais qualificadas. Isto porque, apesar de a ampliação do mercado mundial para commodities ter favorecido o crescimento da economia, em especial nos governos Lula, a demanda asiática por commodities estimulou a especialização produtiva da pauta exportadora, em prejuízo da atividade industrial, que ainda perdeu mercados para os produtos industriais chineses, nacional e internacionalmente. (Souza, 2022, p. 127)

Para além dos efeitos diretos e indiretos que a China gera sobre a economia brasileira, é fundamental ressaltar os efeitos que ela possui para a posição do Brasil no Sistema Internacional, visto que sua inserção na economia mundial afeta processos como a integração regional, as capacidades estatais nacionais e as possibilidades de atuação do Brasil em ambientes externos.

Os dados apresentados até aqui, e em concordância com o apresentado por outros autores, como Sugimoto e Diegues (2022) e Haffner e Barbosa (2020), nos permitem defender que as relações comerciais existentes entre China e Brasil estimulam e intensificam a desindustrialização da economia brasileira e a especialização regressiva da pauta exportadora nacional.

Além disso, é fundamental apontar para o fato de que as atividades chinesas podem ter impactos maiores sobre o Brasil quando consideramos a expansão dos investimentos estrangeiros diretos chineses na estrutura econômica brasileira, em sua grande maioria voltados para a aquisição de empresas nacionais atuantes em setores energéticos ou extrativos e/ou para a expansão/desenvolvimento da infraestrutura nacional, visando estimular a produção de *commodities* e reduzir seus custos no comércio internacional (Souza, 2022; Haffner; Barbosa, 2021).

Os dados apresentados e a discussão realizada demonstram uma crescente dependência do Brasil em relação ao dinamismo da economia chinesa, com efeitos potencialmente prejudiciais para a economia brasileira no médio e no longo prazo, visto a

perda de dinamismo econômico causada pelos processos de desindustrialização e especialização regressiva da pauta exportadora nacional, potencializados pelas relações sino-brasileiras. Feitas tais considerações, buscaremos, na próxima seção, defender que as relações sino-brasileiras gestam novos quadros de dependência para a o Brasil, elevando suas vulnerabilidades econômicas e políticas em um mundo em transformação.

#### **4. As relações sino-brasileiras: novas (velhas) dinâmicas dependentes e vulnerabilidades em um mundo em transformação**

Os aspectos discutidos nas seções anteriores são basilares para sustentarmos o argumento final deste texto, a saber, o de que as relações existentes entre Brasil e China tendem a limitar as capacidades e a autonomia brasileira em um Sistema Internacional/ em uma economia mundial em transformação, gestando novas vulnerabilidades para o Brasil. Mais especificamente, defendemos que os relacionamentos sino-brasileiros constituem-se como relações de dependência, definida nos termos de Vânia Bambirra (2013), reforçando a situação econômico-dependente da economia e da política brasileira. Discorreremos sobre este fato. Em seu livro “O capitalismo dependente latino-americano”, Vânia Bambirra versa:

Neste trabalho se argumenta que: a) Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação do comportamento dos homens. b) Deste ponto podemos chegar a nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais. (Bambirra, 2013, p. 34)

Na perspectiva de Bambirra (2013), a dependência, entendida enquanto uma situação condicionante, ou seja, uma subordinação de determinada economia às dinâmicas de outra, molda a forma pela qual determinada estrutura econômica dependente se constrói e se desenvolve, sendo circunscrita pelas demandas e interesses de determinado centro hegemônico<sup>11</sup>. Dito em outros termos, os reflexos da subordinação econômica levam a que,

<sup>11</sup> Na obra de Bambirra (2013), os países periféricos se encontram subordinados a um “centro hegemônico”, no caso do descrito pela autora, os Estados Unidos. Entendemos que este Estado ainda mantenha, e tenda a manter, a hegemonia no sistema capitalista mundial por conta dos privilégios advindos do domínio sobre o dólar, moeda de reserva mundial, e pela dominância de seu sistema financeiro sobre os demais (além do enorme poder militar em sua posse) (Serrano, 2004; Freitas, 2018; Alfonso, 2016). Apesar de não caracterizarmos a China como o centro hegemônico do sistema capitalista, nos parece inegável o fato de que suas dinâmicas econômicas causam reverberações sobre toda economia mundial e conseqüentemente, sobre todos os atores internacionais. Assim, defendemos que a economia chinesa constitua-se enquanto um dos principais eixos articuladores das dinâmicas econômicas globais, de modo que a caracterizamos como um centro dinâmico do capitalismo neoliberal

nas economias dependentes, observe-se a existência de processos de acumulação e de reprodução dependentes de dinâmicas/estímulos exógenos, com suas estruturas e dinâmicas domésticas se ajustando de acordo com as necessidades e interesses das principais economias do globo.

Os dados acerca do comércio sino-brasileiro, que se intensificou exponencialmente desde o final da década de 1990, levando a China a se tornar a principal parceira comercial do Brasil em 2009, somados aos crescentes capitais exportados pela China para o Brasil, sobretudo na forma de Investimento Estrangeiro Direto, nos levam a compreender a centralidade que as dinâmicas econômicas da potência asiática possuem sobre a economia brasileira na contemporaneidade (Souza, 2022; Sugimoto; Diegues, 2022; Haffner; Barbosa, 2020; Imf Dots, 2024; Ipeadata, 2024), sendo que inexistem motivos para desacreditar que esta relação não se expanda e não se desenvolva nas próximas décadas.

Devido à importância da economia chinesa para a economia mundial e sua influência sobre as economias periféricas, como a brasileira, defendemos ser possível caracterizar a China como um dos centros dinâmicos do capitalismo neoliberal contemporâneo<sup>12</sup>. Enquanto centro dinâmico, as relações econômicas da China desenvolvidas com o Brasil se constituem enquanto relações de dependência; isto é, defendemos que desde os anos iniciais do século XXI, a economia brasileira se tornou, de modo crescente, condicionada pelas dinâmicas existentes na economia chinesa, de modo que a definição de dependência de Bamberger (2013) pode ser aplicada. Além disso, as trocas comerciais assimétricas/desiguais<sup>13</sup> e a crescente inserção financeira da potência asiática (via exportação de capitais - IEDs<sup>14</sup>) são ações características de economias imperialistas, seguindo-se os próprios escritos de Bamberger (2013) e de outros teóricos do imperialismo/dependência, como Marini (2017) e Lenin (2011). Portanto, defendemos, explicitamente, que a China seja uma potência imperialista, inserindo-se como tal na economia brasileira.

---

contemporâneo. Portanto, entendemos que, apesar de não ser a economia hegemônica, a China compõe a ordem capitalista neoliberal como uma de suas principais potências e também subordina outras economias à sua.

<sup>12</sup> Em conformidade com a nota de rodapé precedente, utilizamos o conceito de centro dinâmico do capitalismo neoliberal buscando diferenciar a China de um “Estado/economia hegemônica” sem, contudo, perder de vista suas capacidades e influências sobre as dinâmicas do sistema capitalista e sobre outros atores internacionais. Assim, entendemos que este conceito sirva para caracterizar economias desenvolvidas cujas dinâmicas possuem grandes reflexos sobre a economia mundial e sobre terceiros, mas que não dispõe da condição de hegemonia mundial, tal como é o caso da Alemanha, Japão e China. Portanto, este conceito possui significado distinto daquele utilizado em discussões existentes na disciplina de Relações Internacionais.

<sup>13</sup> Para Ruy Mauro Marini (2017), as trocas desiguais são basilares para a estruturação e para a reprodução da dependência, sendo as economias centrais beneficiadas por elas. Em nosso entendimento, seguindo-se a tradição teórica mariniiana, também é possível definir a China enquanto uma potência imperialista.

<sup>14</sup> Vladimir Lenin (2011), em seu livro “Imperialismo: etapa superior do capitalismo” aponta para a centralidade que as exportações de capitais possuem para a acumulação de capital dos países centrais. Na visão do autor, tais exportações são, em parte, definidoras do comportamento de uma economia imperialista.

Conforme apresentamos nas seções anteriores, os efeitos da crescente inserção da China sobre a economia brasileira são prejudiciais para o desenvolvimento nacional, visto que afetam direta e indiretamente os setores industriais brasileiros, e para a população em geral, visto os efeitos negativos que processos como a desindustrialização e a especialização regressiva da pauta exportadora possuem sobre questões como emprego e renda nacional (Sugimoto; Diegues, 2022; Haffner; Barbosa, 2020; Cano, 2012; Oreiro; Feijó, 2010). Disto, pode-se concluir que a crescente importância das dinâmicas econômicas existentes na China para o dinamismo econômico brasileiro tem reflexos fundamentais sobre os processos de produção e de reprodução capitalistas existentes no Brasil, alterando-se os marcos da dependência brasileira e aprofundando-a, uma vez que as relações de dependência com os Estados Unidos, centro hegemônico da economia mundial, permanecem inabaladas, especialmente por sua inserção financeira na economia nacional (Freitas, 2018; Alfonso, 2016).

Apesar disso, é fundamental destacar que os efeitos da dependência da economia brasileira em relação à chinesa não se limitam a intensificação da desindustrialização e da especialização regressiva da pauta exportadora do Brasil, do aprofundamento da situação econômico-dependente nacional e da imposição de novas barreiras ao desenvolvimento brasileiro. Eles também possuem reflexos diretos sobre as dinâmicas político-econômicas observadas em nível doméstico no Brasil e nas ações adotadas em nível externo pelo país. De toda forma, antes de realizarmos uma discussão sobre como a dependência na esfera econômica se traduz em uma dependência política, cujos efeitos são centrais para a manutenção, reprodução e aprofundamento da situação econômico-dependente, faz-se necessário tecermos algumas outras considerações sobre o pensamento de Vânia Bambirra.

Até o presente momento, realizamos um debate que se manteve focado no nível das interações existentes entre os Estados e economias nacionais do Brasil e da China, embora tenhamos nos atentado e apontado para os efeitos negativos das relações sino-brasileiras sobre a população brasileira em geral. Compreender as dinâmicas que se estabelecem a nível nacional é fundamental, pois para o pensamento dependentista, em geral, e para o pensamento de Bambirra, em particular, as relações estabelecidas entre Estados/economias imperialistas e estados/economias periféricas/dependentes são relações marcadas pelas lutas de classe (Bichir, 2017). De acordo com Maíra Bichir (2017, p. 60):

A partir dos argumentos de Bambirra e dos escritos dos teóricos marxistas da dependência, identificamos que os Estados nacionais são tomados como unidade de análise no estudo das relações de dependência, entretanto, esses mesmos Estados

não são entendidos como blocos monolíticos ou como entes abstratos. Compreendidos como o centro do poder político, o Estado, na perspectiva dos teóricos marxistas da dependência, é a representação da dominação de classe subjacente a tais formações sociais. A imbricação entre a questão nacional e a questão de classe adquire concretude nos Estados dependentes a partir da conformação do bloco no poder nesses Estados, por meio da participação de frações de classe dominantes estrangeiras. A dependência, nesse sentido, ao mesmo tempo em que se constitui como uma relação entre Estados, ganha efetividade política através das relações de classe que se configuram nos níveis nacionais e internacionais.

Dizer que as relações de dependência também são políticas implica na necessidade de responder duas perguntas: 1º) como essas relações se estabelecem? e 2º) qual o papel da dependência política para a dependência econômica?. No que tange à primeira questão, é fundamental compreender que o poder econômico exerce um papel central na conformação das relações políticas. Partindo-se do referencial teórico marxista-leninista (tal como o fazem os autores dependentistas), não se realiza uma separação entre as esferas econômica e política. Dito de outra maneira, isso significa que, no pensamento dependentista, economia e política se encontram intrinsecamente conectadas.

A inserção de capitais estrangeiros em uma economia periférica faz com que os estrangeiros que tenham posse sobre tais capitais possuam crescente domínio sobre o eixo de acumulação da economia periférica receptora destes capitais. Portanto, isto faz com que tais estrangeiros tenham crescentes poderes e influências sobre o poder político existente neste país periférico, e conseqüentemente, sobre as disputas existentes entre suas classes e suas frações de classe (Bambirra, 1978; 2013; Bichir, 2017). Bambirra (1978), versando sobre o período pós-Segunda Guerra Mundial, no qual observa-se a aplicação de IEDs nas indústrias latino-americanas, diz:

Hoy, cuando las relaciones de dependencia ya han asumido su carácter específico, mediante el cual los capitales imperialistas pasan a controlar el eje central del proceso de acumulación —la industria manufacturera— y a ser parte constitutiva de la economía en el nivel nacional, con todas las implicaciones que eso acarrea en lo que respecta a su injerencia indirecta pero viva en el poder político, cuando esta dominación permea incluso los orígenes de las naciones oprimidas, el imperialismo pasa a ser el enemigo de los pueblos en última instancia, pues las burguesías están íntimamente asociadas a él. En tales condiciones, la “contradicción mayor” de clases es, a la vez, la contradicción entre los intereses del proletariado y sus aliados, vale decir las clases dominadas, en contra de la dominación burguesa-imperialista. Todas las grandes revoluciones que hasta hoy han conducido los pueblos hacia el socialismo, han tenido que enfrentarse, antes o después del triunfo, a la agresión imperialista directa, cruel, sobre su territorio. (Bambirra, 1978, p. 56)

Inserindo-se nas economias periféricas/dependentes via poder econômico, devido as necessidades de capital e fragilidades de tais economias, os países imperialistas/as burguesias dos países imperialistas passam a ter crescente importância e influência sobre as dinâmicas

políticas existentes nos países periféricos. Constituindo-se enquanto um elemento poderoso e influente nas disputas de poder domésticas, os capitalistas estrangeiros se unem às burguesias (ou a determinadas frações de classe burguesas) dos países periféricos para fazer reinar seus interesses e suas demandas sobre as sociedades e sobre as dinâmicas econômicas destes países. As burguesias dos países periféricos apresentam, portanto, a condição de classes dominantes-dominadas, burguesias-subordinadas que, poderíamos dizer, são de segunda classe quando comparadas às burguesias dos países imperialistas (Bambirra, 1978; 2013; Bichir, 2017). De acordo com Bichir (2017, p. 69):

A dependência econômica, descrita através do processo de reprodução capitalista dependente, manifesta-se concretamente, na subordinação das decisões nacionais latino-americanas às orientações que presidem os interesses das classes dominantes estrangeiras. [...] A noção de “dependência política” no pensamento de Bambirra, está associada à sua análise sobre os efeitos da penetração do capital estrangeiro nos países dependentes, tendo como foco as relações entre as classes dominantes locais e o imperialismo, que se manifestam, sobretudo, no processo de tomada de decisões daqueles países, os quais terão impactos decisivos nas classes populares.

Dito de outra forma, a inserção dos capitais e capitalistas estrangeiros na economia dos países dependentes cria condições para o estabelecimento da dependência política. Essa é definida por Vânia Bambirra da seguinte maneira:

A dependência política não deve ser definida apenas como a imposição da ingerência estrangeira na vida nacional, mas sobretudo como parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes - em função dos interesses políticos “nacionais” internos - seja dependente. Como os países dependentes são parte constitutiva do sistema capitalista internacional, suas classes dominantes jamais gozaram de uma real autonomia para dirigir e organizar suas respectivas sociedades. A situação de dependência termina por conformar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das classes dominantes (Bambirra, 2013, p. 144)

A partir disso, a autora descreve e analisa como as estruturas políticas e institucionais dos países periféricos (no caso os latino-americanos) são desenvolvidas e moldadas, ao longo do tempo, a fim de atender às necessidades de acumulação e aos interesses das potências imperialistas. De toda forma, é preciso se atentar para dois fatores impotentes: 1º) quanto maior a dependência econômica, maior é a dependência política e 2º) as classes burguesas da periferia do sistema possuem uma autonomia relativa frente ao imperialismo, sendo capazes de terem alguns de seus interesses atendidos mesmo em relações de subordinação (Bambirra, 2013). De acordo com Bambirra (2013, p. 146): “Esta autonomia relativa consiste em que, em circunstâncias especiais, as classes dominantes dos países dependentes têm a possibilidade de tornar vigentes alguns dos seus próprios interesses que são contraditórios aos do

imperialismo”.

Dito isso, podemos responder a segunda pergunta, qual o papel da dependência política para a dependência econômica? Ou dito de outra maneira, qual a serventia da subordinação das burguesias periféricas para as burguesias imperialistas?. De acordo com Bamberger (2013, p. 143): “Embora seja certo que é a dependência econômica que possibilita e explica a dependência política, não é menos certo que esta última constitui um fator de preservação da situação de dependência estrutural, que tem sido uma constante na história dos países latino-americanos desde o período colonial, ainda que suas formas tenham variado.”

Seguindo-se essa explicação, entende-se que a dependência política assegura a preservação (e conseqüentemente a reprodução) da dependência econômica. Apesar desta definição, em nosso entendimento, nos desenvolvimentos teóricos de Bamberger (1978; 2013) fica implícito o fato de que a dependência política também estimula e gesta condições para o aprofundamento da dependência econômica (indo além do papel de preservação desta).

Levando-se em consideração o descrito nesta seção e nas seções anteriores, é fundamental entender que o ambiente político-econômico doméstico brasileiro tem passado por alterações importantes nas últimas décadas, de modo a adequar o país às dinâmicas econômicas vigentes e aos interesses das principais potências econômicas do globo, com destaque para a China. É nesse sentido que as políticas macroeconômicas neoliberais, as contrarreformas constitucionais, as decisões judiciais contra a classe trabalhadora, etc. são entendidas seguindo-se o pensamento dependentista de Bamberger, isto é, são políticas que asseguram a reprodução da situação econômico-dependente do Brasil, oriunda e reproduzida pela subordinação das dinâmicas econômicas brasileiras às dinâmicas econômicas e demandas das potências estrangeiras, no qual a China se encontra inclusa.

Conforme discutimos, a China, longe de querer alterar as dinâmicas existentes na economia capitalista neoliberal contemporânea, defende e estimula a especialização produtiva e o comércio assimétrico realizado por ela com países periféricos, como o Brasil, se beneficiando das liberalizações e aberturas promovidas pelos diferentes programas neoliberais.

Feitas tais considerações, podemos, seguindo-se os desenvolvimentos teóricos de Vânia Bamberger (2013; 1978), compreender como a crescente inserção da China na economia brasileira possui reverberações sobre as dinâmicas político-econômicas existentes no Brasil e sobre as capacidades político-diplomáticas brasileiras no ambiente internacional.

Iniciamos com os efeitos da crescente inserção chinesa sobre a composição do bloco no poder no Brasil. Conforme discutimos, a crescente inserção da China na economia

nacional, seja ela comercial seja ela financeira, tem efeitos prejudiciais sobre os setores industriais e manufatureiros brasileiros enquanto estimula e beneficia os setores primários-exportadores, especialmente aqueles voltados para produção de insumos demandados pela potência asiática. Ao estimular a intensificação de processos como a desindustrialização e a especialização regressiva da pauta exportadora brasileira, a inserção chinesa também afeta as capacidades e os poderes de diversas frações de classe burguesas no ambiente nacional.

Neste sentido, parece plausível defender que as relações econômicas sino-brasileiras, visto seus efeitos: 1º) fortalecem frações de classe burguesas ligadas ao agronegócio; aos setores extrativos, como mineração e garimpo, e setores financeiros (devido as grandes conexões existentes entre as atividades financeiras e os setores exportadores nacionais) e 2º) enfraquecem, no seio da sociedade brasileira, frações de classe burguesas ligadas a setores industriais e manufatureiros, especialmente pela intensa concorrência que estes enfrentam em relação aos produtos oriundos da China. Ao alterar a força relativa de diversas frações de classe no ambiente nacional, a crescente inserção econômica chinesa gera condições para se reproduzir e expandir, visto que as frações de classe fortalecidas por ela passam a ter melhores condições de impor seus interesses no ambiente político nacional, e conseqüentemente, de proteger os interesses chineses no país e de atuar em prol do fortalecimento das relações assimétricas existentes entre Brasil e China.

Aqui defendemos que o fortalecimento das frações de classe burguesas ligadas aos setores primário-exportadores tem por efeito elevar, no ambiente político doméstico brasileiro, os poderes e as capacidades de indivíduos, grupos e organizações interessados em promover a expansão de setores estimulados pelas demandas da potência asiática. Devido a isto, fortalece-se no ambiente político nacional, o apoio a medidas como: a manutenção e o crescimento de políticas que visam maiores liberalizações comerciais e financeiras; maiores acordos comerciais com a China; políticas macroeconômicas de promoção às exportações de *commodities*; políticas de proteção ambiental menos rigorosas; etc. Estas políticas tendem a ir contra os interesses dos setores industriais e manufatureiros, e promovem uma intensificação da dependência nacional, crescentemente condicionada pelas dinâmicas econômicas e interesses chineses.

Paralelamente, o enfraquecimento das frações de classe burguesas ligadas aos setores industriais e manufatureiros nacionais, limitam as possibilidades de se adotar políticas de cunho intervencionistas, expansionistas, e/ou protecionistas dos setores industriais e manufatureiros brasileiros, de modo a retirar barreiras e a estimular a crescente inserção e dominância da China sobre a economia do Brasil. De toda maneira, reconhecemos e

defendemos que a inserção econômica da China líquida, progressivamente, por intermédio de distintas frações burguesas nacionais, barreiras à contínua inserção de seus bens, serviços e finanças na economia brasileira. Bem com expresso por Cano (2012, p. 842): “Em contrapartida, torna-se difícil para o Brasil pressionar e negociar com a China sobre essa estrutura e sobre a “invasão” de produtos chineses, dado que depois de 2009, a China tem sido responsável por cerca de 60% de nosso saldo comercial total”.

Se as alterações nos poderes e nas capacidades relativas das distintas frações de classe burguesas brasileiras possuem influências sobre as dinâmicas político-econômicas observadas em âmbito doméstico do Brasil, o mesmo vale para a inserção internacional do país. De modo geral, defendemos que o fortalecimento das frações burguesas nacionais ligadas aos setores primário-exportadores sustenta e legitima ações externas e discursos/teses (como é o caso dos relacionados a cooperação Sul-Sul) que visam aproximar, fortalecer e desenvolver relações econômicas, políticas e diplomáticas do Brasil com a China, de modo a privilegiar a potência asiática tanto em âmbito bilateral quanto em âmbito multilateral, como nos BRICS, por exemplo. Com isso, parceiros históricos do Brasil e importantes mercados consumidores de produtos industriais e manufaturados brasileiros, como os países Sul-Americanos e Africanos, e instituições centrais para a economia e diplomacia brasileira, como o Mercosul e a Unasul, perdem importância para a política externa brasileira, visto a menor centralidade/importância destes/destas para os interesses/rendimentos das frações de classe burguesas ligadas aos setores primário-exportadores, que ganham força crescente no país.

Outro efeito da crescente inserção chinesa na economia nacional diz respeito a seu papel na destruição/desatualização de capacidade produtiva industrial nacional e seus efeitos sobre o *Hard Power*<sup>15</sup> brasileiro. O processo de desindustrialização intensificado pelas relações sino-brasileiras, somado aos distintos desestímulos à expansão e desenvolvimento dos setores industriais nacionais, fazem com que o Brasil perca capacidades em um importante ativo de poder em âmbito internacional, o denominado poder latente, isto é, a capacidade de produzir/obter bens militares caso necessário, seguindo-se o descrito por Mearsheimer (2007). Assim, com o aprofundamento das relações sino-brasileiras e a crescente inserção da China na economia brasileira, o *Hard Power* do Brasil é crescentemente

<sup>15</sup> Mearsheimer (2007), entende que as capacidades bélicas (*Hard Power*) de um país está diretamente relacionada, entre outros fatores, ao nível de da atividade industrial e ao grau de desenvolvimento tecnológico observado em seus setores industriais, de modo que defendemos que processos como a desindustrialização e a especialização produtiva são prejudiciais para o *Hard Power* brasileiro. Dentro da Teoria Marxista da Dependência, a mesma ideia é apresentada por Ruy Mauro Marini (2017, p. 331): “Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas”.

dinamitado e sua posição no Sistema Internacional passa a depender, de modo crescente de seu *Soft Power*, isto é, de sua diplomacia e dos seus relacionamentos diplomáticos; em essência, isto reduz as capacidades do país de resistir a pressões e de se opor ou barganhar com outros países, seja em nível bilateral, seja em nível multilateral. Em resumo, apesar de Angelita Souza (2022) discordar que as relações sino-brasileiras sejam relações marcadas pela dependência, concordamos com a autora em seu escrito:

Não seria equivocado afirmar que o estreitamento das relações entre os dois países, das trocas comerciais ao aumento dos investimentos diretos chineses no Brasil, combina, sobretudo, formas de dependência típicas da fase tradicional com as da fase da novíssima dependência. Isto é, as formas dominantes até os anos 1930, quando o país exportava produtos primários e importava produtos industriais, com as formas atuais, marcadas pela preferência pela aquisição da riqueza existente, ao invés dos investimentos produtivos novos, indutores de ganhos científicos-tecnológicos, como os ocorridos na fase da nova dependência. (Souza, 2022, p. 129)

Assim, defendemos que as relações sino-brasileiras são relações de dependência, cujos efeitos reverberam em âmbitos distintos no Brasil, afetando direta e indiretamente as disputas políticas existentes no ambiente doméstico nacional; as políticas adotadas pelo Estado Brasileiro; a capacidade nacional de se inserir ativa e autonomamente no Sistema Internacional e a posição do Brasil na economia mundial.

Apesar de explicitarmos algumas dinâmicas oriundas das relações de dependência sino-brasileiras, é fundamental desenvolver outras pesquisas para aprofundar a compreensão sobre os efeitos negativos de tais relações sobre a economia nacional e seus efeitos sobre a política brasileira. De toda maneira, nos parece claro que tais relações tendem a reforçar a situação econômico-dependente do país, tal como expresso por Bambirra (2013), gestando distintas barreiras, desestímulos e grandes dificuldades para que o Brasil aplique, na medida do possível, um projeto de desenvolvimento socioeconômico que vise a transformação estrutural e a expansão e a modernização dos setores industriais nacionais.

## **5. Conclusão**

Durante este trabalho buscamos demonstrar a forma pela qual o processo de desenvolvimento da China se processa e discorrer sobre seus efeitos sobre a economia mundial, em geral, e sobre a economia brasileira, em particular. Em resumo, defendemos, em primeiro lugar, que as relações econômicas da China com o Brasil são responsáveis por intensificar processos prejudiciais para a economia brasileira, como é o caso da desindustrialização e da especialização regressiva da pauta exportadora nacional. Em segundo

lugar, buscamos argumentar, a partir da construção teórica de Vânia Bambirra (2013), que as relações existentes entre China e Brasil constituem-se como relações de dependência, com efeitos diretos e indiretos sobre a economia brasileira e sobre as dinâmicas políticas existentes no Brasil (para além da intensificação da desindustrialização e da especialização regressiva).

Na segunda seção deste trabalho, argumentamos que o processo de desenvolvimento chinês, especialmente após as reformas promovidas por Deng Xiaoping em 1978, se efetivou a partir da crescente inserção da economia chinesa na ordem capitalista neoliberal, com a China se beneficiando das transformações sofridas pelo sistema capitalista desde a década de 1970. Com o intenso processo de desenvolvimento, a China se torna um dos eixos centrais do capitalismo global, a “fábrica do mundo”, fortalecendo/favorecendo as dinâmicas de acumulação existentes na contemporaneidade. Após a crise de 2008, às dinâmicas econômicas existentes desde 1978 se alteram, e a China passa a se inserir de modo mais intenso na economia mundial, buscando fortalecer vínculos com países periféricos, pretendendo também, elevar sua inserção nos mercados destes países (especialmente por conta dos seus problemas de sobrecapacidade e a sua grande demanda por matérias-primas).

Na terceira seção, buscamos discorrer sobre os efeitos da ascensão da China na economia mundial/no Sistema Internacional para o Brasil. Argumentamos que a inserção da China na economia mundial e as crescentes relações sino-brasileiras, devido às suas características assimétricas/desiguais, foram/são responsáveis por intensificar processos negativos para a economia brasileira, a saber: a desindustrialização e a especialização regressiva da pauta exportadora, de modo prejudicial ao desenvolvimento nacional no médio e no longo prazo e para a sociedade brasileira, que lida com crescentes perdas de empregos e de rendas.

Na quarta seção, defendemos, a partir do referencial teórico desenvolvido por Vânia Bambirra (2013), a definição/caracterização das relações sino-brasileiras como relações de dependência, utilizando-se do referencial teórico da autora para analisar os efeitos de tais relações sobre o ambiente doméstico nacional e sobre a posição brasileira no Sistema Internacional. A partir desta análise, argumentamos que as relações sino-brasileiras fortalecem frações de classe burguesas ligadas aos setores primário-exportadores no país (agronegócio; extrativistas; financeiras), em detrimento das frações de classe burguesas ligadas a setores industriais e manufatureiros nacionais. Por conta disto, observam-se importantes efeitos político-econômicos domésticos, como o fortalecimento de setores/grupos que exigem maiores liberalizações comerciais e financeiras e outras políticas neoliberais, e o enfraquecimento de setores/grupos que demandam a adoção de políticas expansionistas e de

políticas industriais que visam a transformação estrutural do país por parte do Estado brasileiro.

Defendemos que a manutenção de tais dinâmicas econômicas tenda a elevar a subordinação brasileira frente à China, visto suas demandas e a busca por se inserir mais ativamente em mercados periféricos, e tenda a marginalizar o Brasil na economia mundial e no Sistema Internacional, mesmo em um mundo em transformação.

Há de se expor a possibilidade de que a multipolaridade sistêmica signifique, para o Brasil, um fortalecimento de sua condição periférica/dependente, com dinâmicas econômicas que se traduzam em retrocessos nas conquistas obtidas durante as décadas anteriores. Assim, para pensarmos no Brasil enquanto em um país com grandes capacidades e autonomia em um mundo em transformação, é fundamental debatermos, seriamente, as relações sino-brasileiras, visto que as pesquisas e as análises destas relações são centrais para planejarmos e desenvolvermos uma inserção internacional autônoma, não subordinada, tanto na economia mundial quanto no Sistema Internacional.

Os pontos apresentados neste artigo constituem-se em uma tentativa de reorientar o debate sobre as relações sino-brasileiras, visto o enorme otimismo acrítico pelo qual tais relações vêm sendo analisadas pela academia brasileira e expostas para a sociedade civil. Nesse sentido, defendemos que a retomada e desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência faz-se central frente aos novos cenários e desafios impostos pela crescente inserção chinesa na economia mundial e na economia brasileira.

## Referências

ALFONSO, Laneydi Martínez. Estados Unidos-América Latina y el Caribe en un nuevo contexto económico internacional. Los cambios en la transmisión de impulsos cíclicos. In: MARTINS, Carlos Eduardo et.al (Orgs.). **Estados Unidos y la nueva correlación de fuerzas internacional**. 1. ed. Cidade Autônoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. Cidade do México: Era, 1978.

BICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 205, 2017.

CAI, Peter. Understanding China's Belt and Road Initiative. **Lowy Institute**, 22 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.lowyinstitute.org/publications/understanding-china-s-belt-road-initiative#heading-4027>>. Acesso em: 30 de mai. de 2024.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273>>. Acesso em: 14 de mai. de 2024.

CARMODY, Padraig; OWUSU, Francis. A expansão da China para a África: interesses e estratégias. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. 1ª ed. Brasília: Ipea, 2011, p. 235-267.

CARVALHO, Miguel Henriques de. **A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008)**. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 196, 2013.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2, p. 381-400, abril-junho de 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/gX9BMS8FwcvKYzjyW6XyrqH/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05 de mai. de 2024.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Relações Financeiras entre o Brasil e os Estados Unidos. **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 2, p. 123-256, 2018. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/17>>. Acesso em: 30 de mar. de 2024.

HAFFNER, Jacqueline A; BARBOSA, Marcel Jaroski. Mudanças estruturais da economia Brasileira: O fator China como impulsionador da desindustrialização nacional. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 5, n. 3, p. 134-156, dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/54176>>. Acesso em: 15 de mai. de 2024.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

HIRATUKA, Célio. Changes in the Chinese development strategy after the global crisis and its impacts in Latin America. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n.1, p. 1-25, jan/abr de 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/20625>>. Acesso em: 10 de mai. de 2024.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global,

desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 189-207, jan/mar 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/xn7cpQfVSGCZSxdDpbn5zTc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de mar. de 2024.

HO-FUNG, Hung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 1-26, jan/abril 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/20624>>. Acesso em:

International Monetary Fund (IMF). **Direction of Trade Statistics (DOTS)**. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=9d6028d4f14a464ca2f259b2cd424b85>>. Acesso em: 18 de jun. de 2024.

IPEADATA. **Macroeconômico**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 18 de jun. de 2024.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. A economia política da transição chinesa no último quartel do século XXI. **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 3, p. 153- 177, dez. 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/74>>. Acesso em: 30 de mar. de 2024.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. 1. ed. Campinas: Unicamp, 2011.

LI, Xing; BERNAL-MEZA, Raúl. China-US rivalry: a new Cold War or capitalism's intra-core competition?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 64, n. 1, p. e010, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tPFgRF7VfFkZ9hjd6hpsFG/?lang=en#>>. Acesso em: 30 de mai. de 2024.

MACHADO, Érica Priscilla; DE LIMA, Elaine Carvalho. Desindustrialização no Brasil e análise regional: evidências empíricas da configuração desigual. **Geografia em Questão**, v. 14, n. 1, p. 98-116, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/19611>>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

MANZI, Rafael Henrique Dias; VIOLA, Eduardo. A desaceleração da economia da China e a transição para um “novo normal” no século 21. **Carta Internacional**, v. 15, n. 2, p. 5-27, 2020. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1018>>. Acesso em: 30 de mar. de 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, 325–356, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

MATERIAL FLOWS. **Data Visualisations**. Disponível em: [https://www.materialflows.net/visualisation-centre/data-visualisations/?\\_inputs\\_&sidebar=%22bar\\_chart\\_1%22](https://www.materialflows.net/visualisation-centre/data-visualisations/?_inputs_&sidebar=%22bar_chart_1%22)>. Acesso em: 18 de jun. de 2024

MEARSHEIMER, John J. **A tragédia das grandes potências**. 1ª ed. Lisboa: Editora Gradiva, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Notas sobre o desenvolvimento recente da China. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, p. 1-17, 2008. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos>>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

MENDONÇA, Marco Aurélio; LOPES FILHO, Carlos Renato; OLIVEIRA, Juliana Kelly. A nova rota da seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento e fluxos de investimento externo direto (IED). **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 31, p. 9-37, set/dez de 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10958>>. Acesso em: 30 de mai. de 2024.

MILARÉ, Luis Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 359-378, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/XMSJZQkFQpbrSzFyXJ4bVxH/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Dados e estatísticas da Relação Anual de Informações e Sociais (RAIS). **RAIS Vínculos**, 2024. Disponível em: <[https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_rais\\_vinculo\\_id\\_1993/login.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id_1993/login.php)>. Acesso em: 13 de mai. de 2024.

NABUCO, Paula Cristina. **O sonho do quarto vermelho: revolução e reformas na China contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, p. 150, 2009.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr.-jun. de 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

PINTO, Eduardo Costa; GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 449-479, ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642087>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI**. Tese (Doutorado em Economia Política Interacional) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 217, 2013.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Deindustrialization: Causes and Implications. **IMF Working Paper**, n. 42, 1997. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/30/Deindustrialization-Causes-and-Implications-2161>>. Acesso em: 30 de mai. de 2024

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Growth, Trade and Deindustrialization.

**IMF Staff Papers**, v. 46, n.1, 1999. Disponível em:

<<https://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/1999/03-99/rowthorn.htm>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024.

ROWTHORN, Robert; WELLS, J. R. **De-industrialisation and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SALAMA, Pierre. China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 7, n. 10, p. 229-251, jan.-jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/209>>. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

SERRANO, Franklin. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, José Luís (org.). **O poder americano**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SOUZA, Angelita Matos. Relações Brasil-China: Imperialismo, Dependência e Desconexão. **Revista Novos Rumos**, v. 59, n.2, p. 120-138, 2022. Disponível em:

<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/14678>>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

SUGIMOTO, Thiago Noronha; DIEGUES, Antônio Carlos. A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva. **Nova Economia**, v. 32, n. 2, p. 477-504, 2022. Disponível em:

<<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/6975>>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

TREGENNA, Fiona. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, p. 433-466, mai/2009. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23601756>>.

Acesso em: 04 de jun. de 2024

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. 1ª ed. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

YIPING, Huang. Understanding China's Belt & Road Initiative: Motivation, framework and assessment. **China Economic Review**, v. 40, p. 314-321, set. 2016. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1043951X16300785>>. Acesso em: 30 de mar. de 2024.